



Faculdade de Direito de Varginha

- Reconhecida pelo decreto nº 68.179, de 8 / 2 / 1971
- Rua José Gonçalves Pereira, 112 – Vila Pinto – Varginha, MG
- CEP 37.010-500 – PABX/Fax: (35) 3221 1900
- Home Page: www.fadiva.edu.br
- e-mail: secretaria@fadiva.edu.br

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		
CURSO	DIREITO	TURNOS Diurno e Noturno
DISCIPLINA	DIREITO PROCESSUAL PENAL I	ANO 3º
DEPARTAMENTO	DIREITO PROCESSUAL	CARGA HORÁRIA 120 Horas-aula
		ANO LETIVO 2011

OBJETIVOS DA DISCIPLINA

Dar ao aluno uma visão completa e objetiva da sistemática processual penal brasileira, na sua conceituação legal, doutrinária e jurisprudencial.

Fazer com que o aluno venha a distinguir e entender expressões, que, ganhando conotações próprias nos diversos ramos do direito, divergem no seu significado, na área do direito criminal.

Proporcionar ao aluno a possibilidade de ampliação dos conhecimentos adquiridos, por meio de bibliografia e de participação em atividades.

Formar um profissional em Direito, preparado para a transformação das relações sociais, atuando com JUSTIÇA, na busca da Paz e do Bem.

EMENTA

Conscientização do estudante sobre a importância do Direito Processual – Penal e Constitucional -, ramo destinado a solucionar os conflitos de interesse envolvendo o direito de punir do Estado x o direito de liberdade do cidadão.

Campo em que o advogado atua, com aplicação das normas processuais penais, doutrina, jurisprudência, analogia, dos costumes e equidade.

PROGRAMA

1. DO PROCESSO PENAL

- Noções introdutórias;
- “Jus Puniendi” e a teoria da autolimitação do Estado;
- “Jus Puniendi e Jus Persequendi”;
- Direito Substantivo: Direito Penal. Direito Formal. Direito Processual Penal;
- Princípios de legalidade em ambos os Direitos;
- Do “Jus Libertatis” do cidadão e da lide penal;
- Poder Judiciário e fases do “Jus Persequendi”;
- Direito Processual Penal: definição, objeto, posição no campo do Direito e sua relação com outras Ciências Jurídicas.

2. DO INQUÉRITO POLICIAL

- Da Polícia e suas atividades;

- b) Da Polícia Judiciária;
- c) O inquérito policial, administrativo e judicial;
- d) Natureza e características do inquérito. Instauração e início formal;
- e) Término, prazo, sistemas de provas;
- f) Valor probante do inquérito;
- g) Destino, arquivamento e finalidade.

3. TEORIA GERAL DA AÇÃO PENAL

- a) Fase Judicial Gerais. Divisão e classificação da ação penal;
- b) Conceito e definição;
- c) Condições de ação penal;
- d) Da ação penal pública;
- e) DA representação: conceito, requisitos, prazos e titularidade e retratação;
- f) Da denúncia: conceito, titularidade;
- g) Da ação penal privada: conceito, titularidade, divisão exclusiva e subsidiária;
- h) Da queixa-crime: conceito, requisitos formais, atuação do Ministério Público;
- i) Da extinção da punibilidade na ação privada da renúncia, da decadência, da prescrição e da perempção;
- j) Da ação penal nas contravenções;
- k) Da ação civil.

4. DA JURISDIÇÃO E DA COMPETÊNCIA

- a) Considerações gerais e fontes da jurisdição;
- b) Divisão e princípios que a regem;
- c) Da competência: foro e Juízo;
- d) Critérios determinantes da competência;
- e) Competência "ratione loci";
- f) Competência "ratione materiae";
- g) Competência "ratione personae";
- h) Competência por conexão;
- i) Competência por prevenção;
- j) Conflito de Jurisdição e desaforamento.

5. DOS SUJEITOS PROCESSUAIS

- a) Considerações gerais;
- b) Do Juiz: sua capacidade processual;
- c) Da Magistratura, princípios que regem a Instituição: organização, funções, prerrogativas, impedimentos, juízes togados e leigos;
- d) Lei Orgânica da Magistratura Nacional. Leis de Organização Judiciária.;
- e) Do Ministério Público: princípios que regem a Instituição, Organização e Natureza. Da Lei Orgânica do Ministério Público;
- f) Do acusado, identificação e direitos;
- g) Do advogado e atribuições. Advogado nomeado ou constituído, dativo e curador. Organização da O.A.B.;
- h) Dos funcionários e auxiliares da Justiça.

6. DAS QUESTÕES E PROCESSOS INCIDENTES

- a) Considerações gerais;
- b) Das Exceções: conceito, defesa indireta;
- c) Das exceções de suspeição, de incompetência do Juiz, de litispendência, da ilegitimidade de parte e de coisa julgada;
- d) Das incompatibilidades e impedimentos;
- e) Da restituição de coisas apreendidas.

7. DAS MEDIDAS ASSEGURATÓRIAS

- a) Considerações gerais;
- b) Do seqüestro: conceito, finalidade, procedimento e levantamento;
- c) Da hipoteca legal: conceito, tipos, levantamento;

- d) Do arresto: conceito, diferença entre seqüestro e arresto e levantamento.

8. DA PRISÃO E DA LIBERDADE PROVISÓRIA E DA FIANÇA

- a) Considerações gerais;
- b) Da prisão em flagrante: seus requisitos e sua conceituação e revogação;
- c) Da prisão preventiva: requisitos, conceito;
- d) Da apresentação do réu: efeitos;
- e) Da prisão por pronúncia;
- f) Da prisão administrativa: tipos;
- g) Prisão por sentença condenatória recorrível;
- h) Exame da Lei de número 5.941/73, seus benefícios ao réu primário e imunidades à prisão.

9. DA LIBERDADE PROVISÓRIA E FIANÇA

- a) Considerações gerais;
- b) Infrações em que não cabe a fiança ou a liberdade provisória;
- c) Da fiança: considerações gerais, modificações feitas pela Lei 6.416/77 e 7.780/89;
- d) Seu cabimento, infrações inafiançáveis, valor a ser arbitrado, reforço, obrigações impostas;
- e) Momento processual, maneira de prestá-la, quebramento das obrigações, efeitos, réu pobre e restituição.

10. DA CITAÇÃO, INTIMAÇÃO E NOTIFICAÇÃO

- a) Considerações gerais;
- b) Da citação: conceito, formas de citação, efeitos do não comparecimento do réu, revelia, citação no procedimento contravencional;
- c) Das intimações e notificações: conceito e distinção.

11. DO INTERROGATÓRIO DO RÉU

- a) Considerações gerais;
- b) Conceito de interrogatório, se meio de prova ou de defesa; momento processual, espécies de interrogatório;
- c) Da confissão: conceito, divisibilidade, valor probante, espontaneidade e retratação; novo interrogatório;
- d) Da defesa prévia;
- e) Das perguntas ao ofendido.

12. TEORIA GERAL DA PROVA

- a) Conceito e finalidade da prova;
- b) Regra de Originalidade e objetivo da prova; classificação;
- c) Sistemas principais sobre a colheita da prova;
- d) Do ônus da prova.

13. DAS PERÍCIAS E EXAME DO CORPO DE DELITO

- a) Considerações gerais;
- b) O laudo pericial: requisitos, valor, deferimento e indeferimento da perícia; destino e realização da perícia em outro Juízo;
- c) Formalidades especiais de alguns exames; levantamento do local, exumação, violência à coisa, avaliação da "res furtiva".

14. DA PROVA TESTEMUNHAL

- a) Considerações gerais: conceito;
- b) Classificação das testemunhas: permissão e proibição de ser: função;
- c) Compromisso, contradita, réu presente, forma de inquirição, termos de depoimento;
- d) Depoimento de enfermos e velho, antecipação; ordem e número de testemunhas;
- e) Depoimento prestado perante a autoridade policial e perante o Juiz.

15. DO PROCESSO COMUM

- a) Da instrução criminal;
- b) Dos atos processuais e dos ritos processuais;
- c) Atos quanto ao seu limite, forma, lugar e tempo, prazos, preclusão;

d) Do procedimento ordinário ou comum.

16. DOS RITOS PROCESSUAIS

Organograma dos ritos.

17. DOS RITOS ESPECIAIS

- a) Dos crimes de competência do Tribunal de Juri: histórico, rito processual, da pronúncia, impronúncia, absolvição e desclassificação na primeira fase;
- b) Segunda fase do julgamento do Juri: libelo e contrariedade;
- c) Do julgamento: atos preparatórios; atribuições do Juiz, dos jurados; debates.

18. DO RITO SUMÁRIO

- a) Considerações gerais: diferença entre crime e contravenção;
- b) Instrução da ação penal: auto de prisão em flagrante, portaria da autoridade policial. Aplicação do rito, organograma, rito sumário nas contravenções penais;
- c) Rito sumário nos crimes punidos com detenção.

19. DO RITO DA LEI 6.368/76

- a) Organograma;
- b) Exame da Lei.

20. PROCESSO DE JULGAMENTO DOS CRIMES FALIMENTARES

- a) Considerações gerais sobre falência; sentença declaratória; condições de procedimento; crimes próprios e impróprios;
- b) Processo dos crimes falimentares: relatório do síndico e inquérito judicial;
- c) Ação penal iniciada diretamente; inquérito judicial sumário.

21. PROCESSO DE JULGAMENTO DOS CRIMES DE RESPONSABILIDADE DE FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS

- a) Considerações gerais;
- b) Contraditório em resposta preliminar;
- c) Crimes afiançáveis e inafiançáveis.

22. DO PROCESSO DE JULGAMENTO DE CRIMES DE CALÚNIA, INJÚRIA E DIFAMAÇÃO

- a) Considerações gerais: crimes de ação privada: recordação. Características processuais: audiência de conciliação e julgamento: procedimento;
- b) Exceção da verdade e equivocidade de ofensa.

23. PROCESSO DE APLICAÇÃO DE MEDIDA DE SEGURANÇA POR ATO NÃO CRIMINOSO

- a) Considerações gerais: casos possíveis de aplicação da medida;
- b) Aplicação a réu absolvido, revogação da medida, cumprimento e tipos de periculosidade.

24. ESTATUTO DO IDOSO

25. ESTUDO DA LEI Nº 11.690/2008;

26. ESTUDO DA LEI Nº 11.689/2008;

27. ESTUDO DA LEI Nº 11.719/2008;

28. ESTUDO DA SÚMULA Nº 12/2008, STF;

29. PROVAS ILÍCITAS E ILEGÍTIMAS;

30. PRINCIPAIS ALTERAÇÕES NO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL;

31. TEORIA DA PROPORCIONALIDADE DAS PROVAS;

32. ESTUDO DA LEI Nº 9.296/96.

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Observar-se-á o Regimento.

Os alunos farão duas provas semestrais escritas e duas provas escritas sobre temas previamente dados para pesquisa. Farão trabalhos para a finalidade de notas e conceito, influenciando, também, na nota de conceito, a frequência, as arguições orais, a participação nas aulas e nos debates. Obtendo, como média, a nota mínima de 7 (sete), estarão promovidos. Caso contrário, serão submetidos a exame final escrito, devendo, para efeito de aprovação, obter, na extração da média, a nota mínima de 5 (cinco).

METODOLOGIA

Aplicar-se-ão os métodos da exposição, ensino em grupo, participação do aluno na solução de questões apresentadas, palestras e conferências de especialistas na disciplina, análise crítica de textos legais, doutrinários e jurisprudenciais. Participação em seminários.

Serão organizados trabalhos de pesquisa em classe ou extraclasse.
Utilização dos Códigos Penal, Processual Penal e da Constituição Federal.

BIBLIOGRAFIA PRINCIPAL

CÓDIGO PENAL.

CÓDIGO DE PROCESSO PENAL.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

CAPEZ, Fernando. *Curso de Processo Penal*. Volume Único, Editora Saraiva, São Paulo, 2009.

FILHO, Fernando da Costa Tourinho. *Manual de Processo Penal*. Volume Único, Editora Saraiva: São Paulo, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CRETELLA JUNIOR, José e CRETELLA NETO, José – *1000 Perguntas e Respostas de Processo Penal*. Editora Forense, Rio de Janeiro, R. J..

MIRABETE, Júlio F. *Código de Processo Penal Comentado*. Editora Saraiva: São Paulo, 2007.

GRINOVER, Ada Pellegrini. *Teoria Geral do Processo*. Editora Saraiva: São Paulo, 2009.

BEMFICA, Francisco Vani Bemfica. *Da Lei Penal, da Pena e Sua Aplicação, Da Execução da Pena*. Editora Forense: Rio de Janeiro.

CARNELUTTI, Francesco. *As misérias do Processo Penal*. Editora BookSeller.

SILVA, Cesar Dario Mariano da. *Provas Ilícitas*. Editora Forense: Rio de Janeiro, 2007.

MAGNO, Levy Emanuel. *Processo Penal*. Editora Atlas, 2008.

COORDENAÇÃO DO CURSO

Aprovado: 21/1/2011

Prof. Francisco Vani Bemfica